

## **O Brasil e os organismos multilaterais**

MARCELO DE PAIVA ABREU\*

O Banco Mundial, desde muito tempo, vem desenvolvendo pesquisas sobre política comercial de grande interesse para os países em desenvolvimento. Os resultados desses estudos têm servido para fortalecer críticas à persistência do protecionismo, incluindo os países desenvolvidos.

No terreno da integração regional, seus estudos contribuíram para arrefecer o entusiasmo excessivo dos EUA em relação à integração hemisférica. Em geral, a atitude do Banco e de seus funcionários tem sido de recato político. Contudo, o recente vazamento de documento preliminar de autoria de Alexandre Yeats, intitulado, em tradução livre, *O desempenho comercial do Mercosul justifica preocupações quanto às consequências de acordos comerciais regionais?* Sim, causou grande mal-estar no Mercosul. Seus danos foram inadequadamente remendados por declarações de funcionários de hierarquia mais alta na instituição, embora não de superiores hierárquicos diretos de Yeats. Não é surpreendente que, entre funcionários muito graduados do governo brasileiro, paire a suspeita de que a inspiração para o vazamento do documento poderia estar relacionada às diferenças de concepção quanto à agenda a ser definida na próxima reunião da Organização Mundial de Comércio (OMC), em Cingapura. Ou, ainda, à consciência crescente, em Washington, de que o Mercosul se consolida, enquanto o empenho norte-americano quanto à integração hemisférica, mesmo que ciclotímico, restringe-se ao Executivo, não encontrando eco no Congresso e, menos ainda, na opinião pública.

Na substância, o documento atribui expressiva parcela do crescimento do comércio infra-Mercosul à expansão do comércio intra setorial de bens fortemente protegidos. A significativa expansão das importações do Mercosul originárias de economias fora do Mercosul, com taxas de crescimento de magnitude semelhante à das de importações intra-Mercosul, é simplesmente ignorada. É claro que a formação de blocos comerciais provoca desvio de comércio, mas isto vale para todos os blocos de comércio e, ao que se saiba, nunca provocou documento escandaloso do Banco Mundial. Melhor teria feito Yeats se tivesse concentrado suas críticas à proteção regional do setor automotivo, difícil de justificar com base em qualquer critério econômico respeitável.

Se o objetivo do Banco Mundial era influenciar a política comercial brasileira no sentido de dismantelar o regime automotivo, a instituição deu um tiro no próprio pé ao ser pilhada em posição politicamente comprometedor e abrir o flanco a críticas procedentes. A argumentação utilizada pelo governo brasileiro para justificar o tratamento ultrageneroso com que contemplou as montadoras, em detrimento de fabricantes de autopeças e consumidores e/ou contribuintes, é inadequada. Mas a censura quase unânime à atitude inadequada do Banco Mundial acabou contribuindo para reforçar tal argumentação. O Banco Mundial não pode estar satisfeito com seu desempenho no incidente. Foi de uma inépcia política exemplar, comprometendo o bom trabalho feito previamente. Quem diria? Anfavea e Banco Mundial irmanados na defesa do regime automotivo. Um por interesse, o outro por incompetência e amadorismo político.

Paralelamente ao rocambolesco episódio do papel de Yeats, examinou-se na Organização Mundial do Comércio, em Genebra, a política comercial brasileira no quadro do Trade Policy Review Mechanism (TPRM). Os elogios à abertura brasileira foram muito relativizados pela reiterada, e correta, censura às deformações acarretadas pelas regras relativas ao regime automotivo. A cada passo, revela-se menos vantajosa a avaliação dos benefícios líquidos dessa política. Bem menos razoáveis foram outros comentários incluídos no relatório do Secretariado da OMC e, mais ainda, no sumário da discussão que se seguiu à sua apresentação. Registraram-se protestos quanto à falta de previsibilidade das tarifas brasileiras, visto que as tarifas efetivamente usadas estão abaixo dos valores máximos acordados na Rodada Uruguai – “consolidadas” no jargão genebrino. Será que alguma parte contratante desejaria tarifa maior desde que mais previsível? Foram, também, mencionadas preocupações com a possível sobrevalorização do real. Sem entrar no mérito da questão, é difícil entender por que a OMC, tradicionalmente dependente da opinião do FMI no que diz respeito ao resto do balanço de pagamentos, pode sentir-se à vontade para tecer considerações sobre a política cambial de um país em transição de um regime de inflação muito alta para inflação da ordem de 10% ao ano.

O quadro com que se defronta o Brasil, nas relações com os principais organismos econômicos multilaterais, é algo esquizofrênico. O Banco Mundial, que deveria emprestar recursos, quer influir na política comercial. A OMC, que deveria se preocupar com política comercial, quer ter voz na avaliação da política cambial. Quanto ao FMI, a terceira e mais importante perna do tripé das instituições de Bretton Woods, as suas relações com o Brasil não se recuperaram completamente da recusa em dar respaldo ao Plano Real, culminância de mais de uma década de relações tempestuosas.

Se crescer 4% ao ano nos próximos sete a dez anos, e as principais economias mundiais crescerem a taxas semelhantes às do passado recente, o Brasil deverá passar a ocupar o quinto lugar entre as maiores economias em termos de PIB corrigido por paridade do poder de compra. Será inexorável que aumente a sua visibilidade e o escopo de ação de sua diplomacia, especialmente na área econômica. É necessário definir e estabelecer políticas de longo prazo que aumentem a influência brasileira nos organismos multilaterais e contribuam para o seu funcionamento eficiente dentro dos limites de seus mandados.

\* Marcelo de Paiva Abreu é Professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.